



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA – PC/BA

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

INVESTIGADOR DE POLÍCIA

Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 100 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva. Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.

Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.

Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.

Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.

A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição dos textos definitivos.

Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova, entregando ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.

Após transcorridas 4 horas e 30 minutos do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.

Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.

Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

Algoritmos e desigualdade

Virginia Eubanks, professora de ciências políticas de Nova York, é autora de *Automating Inequality (Automatizando a Desigualdade)*, um livro que explora a maneira como os computadores estão mudando a prestação de serviços sociais nos Estados Unidos. Seu foco é o setor de serviços públicos, e não o sistema de saúde privado, mas a mensagem é a mesma: com as instituições dependendo cada vez mais de algoritmos preditivos para tomar decisões, resultados peculiares – e frequentemente injustos – estão sendo produzidos.

Virginia Eubanks afirma que já acreditou na inovação digital. De fato, seu livro tem exemplos de onde ela está funcionando: em Los Angeles, moradores de rua que se beneficiaram dos algoritmos para obter acesso rápido a abrigos. Em alguns lugares, como Allegheny, houve casos em que “dados preditivos” detectaram crianças vulneráveis e as afastaram do perigo.

Mas, para cada exemplo positivo, há exemplos aflitivos de fracassos. Pessoas de uma mesma família de Allegheny foram perseguidas por engano porque um algoritmo as classificou como propensas a praticar abuso infantil. E em Indiana há histórias lastimáveis de famílias que tiveram assistência de saúde negada por causa de computadores com defeito. Alguns desses casos resultaram em mortes.

Alguns especialistas em tecnologia podem alegar que esses são casos extremos, mas um padrão similar é descrito pela matemática Cathy O’Neill em seu livro *Weapons of Math Destruction*. “Modelos matemáticos mal concebidos agora controlam os mínimos detalhes da economia, da propaganda às prisões”, escreve ela.

Existe alguma solução? Cathy O’Neill e Virginia Eubanks sugerem que uma opção seria exigir que os tecnólogos façam algo parecido com o julgamento de Hipócrates: “em primeiro lugar, fazer o bem”. Uma segunda ideia – mais custosa – seria forçar as instituições a usar algoritmos para contratar muitos assistentes sociais humanos para complementar as tomadas de decisões digitais. Uma terceira ideia seria assegurar que as pessoas que estão criando e rodando programas de computador sejam forçadas a pensar na cultura, em seu sentido mais amplo.

Isso pode parecer óbvio, mas até agora os *nerds* digitais das universidades pouco contato tiveram com os *nerds* das ciências sociais – e vice-versa. A computação há muito é percebida como uma zona livre de cultura e isso precisa mudar.

(Gillian Tett. www.valor.com.br. 23.02.2018. Adaptado)

01. Ao aproximar os pontos de vista de Virginia Eubanks e de Cathy O’Neill, o autor defende a tese de que os algoritmos preditivos

- (A) necessitam manter-se restritos à economia e a áreas afins.
- (B) devem ser abandonados pois ainda não beneficiaram os cidadãos.
- (C) podem levar à tomada de decisões equivocadas e injustas.
- (D) são bem-sucedidos no setor privado, mas não no setor público.
- (E) precisam ser confiáveis ao ponto de substituir as escolhas humanas.

02. O pronome **Isso**, iniciando o último parágrafo, remete

- (A) à compreensão de que a tecnologia não deve ser vista como um facilitador das relações interpessoais.
- (B) à ideia de exigir que graduados em ciências sociais desenvolvam os programas de computador.
- (C) ao fato de que os programas de computador têm sido projetados por profissionais com pouco conhecimento da tecnologia.
- (D) à concepção de tecnologia como uma abstração, com pouca aplicação prática na cultura contemporânea.
- (E) à sugestão de forçar programadores de computador a refletir sobre a cultura de forma ampla.

03. Na passagem do segundo parágrafo “Virginia Eubanks afirma que já **acreditou** na inovação digital.”, a forma verbal **acreditou** estará corretamente substituída, sem que se alterem o sentido e o restante da estrutura da frase, por:

- (A) atribuiu crédito
- (B) depositou confiança
- (C) demonstrou-se entusiasta
- (D) permaneceu convencida
- (E) manteve-se irresoluta

04. Em “[...] **há** exemplos aflitivos de fracassos.” (3º parágrafo), a forma verbal destacada pode ser substituída, respeitando-se a concordância da norma-padrão, por:

- (A) registram-se
- (B) tomam-se nota de
- (C) soma-se
- (D) é observado
- (E) surge

05. “Uma segunda ideia – mais custosa – seria forçar as instituições a usar algoritmos para contratar muitos assistentes sociais humanos para complementar as tomadas de decisões digitais.”

Essa passagem do quinto parágrafo está corretamente reescrita, segundo a norma-padrão, em:

- (A) Mais custosa, uma segunda ideia, seria fazer com que as instituições usariam algoritmos para contratar muitos assistentes sociais humanos, à medida em que complementasse as tomadas de decisões digitais.
- (B) Mais custosa, uma segunda ideia seria fazer com que as instituições usem algoritmos para contratar muitos assistentes sociais humanos, em detrimento de complementar as tomadas de decisões digitais.
- (C) Mais custosa, uma segunda ideia, seria fazer com que as instituições usassem algoritmos para contratarem muitos assistentes sociais humanos, visando à complementar as tomadas de decisões digitais.
- (D) Mais custosa, uma segunda ideia seria fazer com que as instituições usassem algoritmos para contratar muitos assistentes sociais humanos, com o intuito de complementar as tomadas de decisões digitais.
- (E) Mais custosa, uma segunda ideia seria fazer com que as instituições usam algoritmos para contratarem muitos assistentes sociais humanos, devido à complementar as tomadas de decisões digitais.











06. Uma frase escrita em conformidade com a norma-padrão e com as regras de apresentação de um texto oficial é:

- (A) Em função de um mal funcionamento de nosso sistema de dados, pedimos para a Vossa Senhoria o favor de refazerdes o cadastramento na plataforma digital da Secretaria em um prazo de 30 dias, contado do momento em que receberes esta circular.
- (B) Em decorrência de um mau funcionamento de nosso sistema de dados, pedimos a Vossa Senhoria que refaça o cadastramento na plataforma digital da Secretaria em um prazo de 30 dias, a contar do recebimento desta circular.
- (C) Em razão de um mau funcionamento de nosso sistema de dados, Sua Senhoria terá que refazer o cadastramento na plataforma digital da Secretaria em um prazo de 30 dias, do qual passará a contar à partir do recebimento desta circular.
- (D) Por causa de um mal funcionamento de nosso sistema de dados, pedimos para Sua Senhoria a gentileza de refazer o cadastramento na plataforma digital da Secretaria em um prazo de 30 dias, contados da data em que vos foi entregue esta circular.
- (E) Tendo em vista um mal funcionamento de nosso sistema de dados, pedimos à Vossa Senhoria o obsequio de refazer o cadastramento na plataforma digital da Secretaria em um prazo de 30 dias, contando de quando esta circular chegou à vossas mãos.

07. Deseja-se, em um documento editado no Microsoft Office Word (versão 2013 ou 2016, em sua configuração padrão e versão em português), mudar a aparência da palavra “Espetáculo”, da seguinte forma:

De:
Espetáculo
Para:
Espetáculo

Considerando que a palavra “Espetáculo” esteja selecionada, os botões de formatação de fonte que, se pressionados em sequência, produzem essa transformação são:

- (A)  e 
- (B)  e 
- (C)  e 
- (D)  e 
- (E)  e 

08. O programa de correio eletrônico Mozilla Thunderbird oferece, na Barra de Filtragem, diversas opções para filtrar as mensagens da Caixa de Entrada. Na configuração padrão do Thunderbird, três das opções presentes nessa Barra de Filtragem têm as denominações de

- (A) Lidas, Contatos e Com imagem.
- (B) Com imagem, XML e Lidas.
- (C) Não lidas, Com estrela e Anexos.
- (D) Anexos, Favoritas e Com estrela.
- (E) Longas, Curtas e Tags.

09. A estrutura de diretórios em árvore é utilizada em diversos sistemas operacionais. Uma das características dessa estrutura é:

- (A) cada usuário pode criar vários níveis de diretórios (ou subdiretórios), sendo que cada um pode conter arquivos e subdiretórios.
- (B) cada usuário possui o seu diretório exclusivo, no qual todos os seus arquivos são armazenados, e não tem acesso e nem conhecimento de outros diretórios.
- (C) não permite que arquivos com o mesmo nome sejam criados, mesmo que estejam armazenados em diretórios diferentes.
- (D) o caminho absoluto para um arquivo é quando ele é referenciado a partir do diretório corrente.
- (E) um arquivo é especificado por meio de um caminho relativo, que descreve todos os diretórios percorridos a partir da raiz até o diretório no qual o arquivo se encontra.

10. Considere o seguinte cenário:

Um usuário de um computador com sistema operacional Windows 10 deseja fazer um *backup* de todos os arquivos de documentos pessoais, que totalizam cerca de 500 Mbytes, armazenados na pasta `C:\Users\usuário\Documentos`.

A forma mais adequada para realizar o *backup* é:

- (A) aglutinar os arquivos da pasta `Documentos` em um arquivo `avi` e gravar em DVD-R.
- (B) criar a pasta `C:\Users\usuário\backup` e copiar todos os arquivos da pasta original.
- (C) criar a pasta `backup` na pasta `C:\Users\usuário\Documentos` e fazer a cópia dos arquivos.
- (D) fazer uma cópia da pasta `Documentos` e de todos os arquivos dentro da pasta em um *pendrive*.
- (E) transformar os arquivos para o formato `tar` e armazenar em uma mídia de fita magnética.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Necessita-se identificar uma senha composta de cinco elementos distintos, sendo, cada elemento, um número de 1 a 9 ou uma das 26 letras do nosso alfabeto. Uma investigação revelou que o primeiro elemento é um número múltiplo de 3, o segundo elemento é uma vogal, o terceiro é um número par e os últimos dois elementos são um número e uma letra, ou vice-versa. Com apenas essas informações, a probabilidade de se identificar essa senha, aleatoriamente, na primeira tentativa, é de 1 para

- (A) 18080.
- (B) 18560.
- (C) 19040.
- (D) 19520.
- (E) 20000.

12. De um argumento válido com duas premissas, conclui-se corretamente que Alexandre não é casado com Carla. Uma das premissas desse argumento afirma como verdadeiro que Alexandre é casado com Carla se, e somente se, Maria é irmã de Carla. Sendo assim, uma segunda premissa verdadeira para esse argumento é

- (A) Carla não é irmã de Maria.
- (B) Alexandre é casado com Carla.
- (C) Maria é irmã de Carla.
- (D) Alexandre é irmão de Maria.
- (E) Maria não é irmã de Alexandre.

13. Considere a seguinte afirmação: *Todo homem é bípede e mamífero*.

A alternativa que apresenta uma negação lógica para essa afirmação é:

- (A) Nenhum homem é bípede e mamífero.
- (B) Nenhum homem é bípede ou mamífero.
- (C) Existe homem que não é bípede ou não é mamífero.
- (D) Existe homem que não é bípede e não é mamífero.
- (E) Alguns homens são bípedes e mamíferos.

ATUALIDADES

14. A emissora pública japonesa NHK emitiu um alarme falso sobre um problema nesta terça-feira (16.01), mas corrigiu o erro em alguns minutos. Não ficou claro de imediato o que causou a confusão, que acontece apenas quatro dias após outro alerta falso semelhante ter provocado pânico no Havaí. No sábado, os havaianos receberam uma mensagem nos seus celulares pedindo que se abrigassem; no entanto, tratava-se de uma falha desencadeada por um funcionário que, segundo as autoridades, havia apertado o botão errado.

(*O Globo*, 16.01.2018. Disponível em <<https://goo.gl/ovC9rm>>. Acesso em: 25.02.2018. Adaptado)

Esses falsos alertas estão relacionados

- (A) à tensão militar na Indochina, que tem sofrido com as sanções impostas à Coreia do Sul.
- (B) ao projeto nuclear do Paquistão, que tem feito testes com apoio tecnológico da Rússia.
- (C) a um possível terrorista do Estado Islâmico, que tem tentado expandir sua ação na Ásia.
- (D) ao lançamento de mísseis pela Coreia do Norte, que tem gerado instabilidade na região.
- (E) a experiências bélicas da China, que tem reivindicado algumas ilhas do oceano Pacífico.

15. O presidente Michel Temer resolveu ir a Boa Vista nesta segunda (12.02) para discutir medidas emergenciais para a crise. Em quase dois anos, será a primeira viagem do presidente à capital de Roraima para cuidar do problema.

(*Folha-Uol*, 11.02.2018. Disponível em <<https://goo.gl/oV5DRJ>>. Acesso em: 25.02.2018. Adaptado)

O governo federal reconheceu a situação de “vulnerabilidade” no estado e

- (A) criou um comitê de proteção aos refugiados haitianos que passaram a vir para o Brasil após o grande terremoto que atingiu aquele país.
- (B) oficializou a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Pública, com o objetivo de capacitar diferentes órgãos ligados ao setor.
- (C) decretou uma intervenção militar, a fim de garantir a segurança nas fronteiras, ameaçada pela entrada de narcotraficantes colombianos.
- (D) determinou o envio de soldados da Força Nacional, para controlar as rebeliões nos presídios e a criminalidade nas áreas urbanas.
- (E) editou medida provisória com ações de assistência a venezuelanos que deixaram seu país em função da crise econômica e política.

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

16. Tendo em vista a Constituição Federal, artigos 1º, 3º, 4º e 5º, assinale a alternativa correta.

- (A) A República Federativa do Brasil tem por fundamento a dignidade da pessoa humana, constituindo objetivo fundamental promover o bem de todos, sem preconceito, de qualquer natureza, regendo-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio de repúdio ao racismo.
- (B) A República Federativa do Brasil tem por fundamento reduzir as desigualdades regionais e sociais, constituindo objetivo fundamental erradicar o racismo, regendo-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da garantia do desenvolvimento nacional.
- (C) Todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros naturalizados a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade.
- (D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados no Congresso Nacional serão equivalentes a Lei Complementar.
- (E) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicadas.

17. Quanto à Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) Prevê como critério de interpretação da lei os fins sociais a que se destina, especialmente as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
- (B) Considera violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, sofrimento físico, sexual e psicológico.
- (C) Define como violência moral contra a mulher qualquer conduta que lhe cause dano emocional ou diminuição da autoestima.
- (D) Não se aplica quando o agressor também é mulher.
- (E) Prevê como medidas protetivas de urgência à ofendida o cancelamento de procurações por ela conferidas ao agressor e a proibição temporária para celebração de atos e contratos de compra e venda.

18. Com relação ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, é correto afirmar que

- (A) define ações afirmativas como sendo programas e medidas especiais adotadas exclusivamente pelo Estado para correção das desigualdades sociais e para a promoção de igualdade de oportunidades.
- (B) define políticas públicas como sendo ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado e pelo setor privado, mediante políticas de incentivo, para a correção das desigualdades sociais e para a promoção de oportunidades.
- (C) instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial como forma de organizar e articular o conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas prestado pelo poder público federal, vedada a participação da iniciativa privada.
- (D) estabelece a obrigatoriedade de concessão de bolsas por parte dos órgãos federais de fomento à pesquisa e à pós-graduação, para o incentivo de programas de estudos voltados a temas pertinentes à população negra.
- (E) estabelece que o direito à liberdade de consciência e de crença e o livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende acesso aos órgãos e aos meios de comunicação para divulgação das respectivas religiões.

MEDICINA LEGAL

19. Senhora de 73 anos de idade, viúva, com antecedentes de diabetes *mellitus* e doença arterial coronariana, mas sem acompanhamento médico há 5 anos, é encontrada morta na cama onde habitualmente dormia, quando a filha foi visitá-la. Após acionar a autoridade policial, logo a equipe pericial chega ao local de morte. Aparentemente, não houve alteração da cena. O cadáver estava em decúbito dorsal, sem sinais de injúrias externas, com livores de hipóstase fixos, rigidez cadavérica em todo o corpo e ausência de mancha verde abdominal. Considerando a temperatura ambiente de aproximadamente 20 °C e ausência de fatores internos e externos que possam influenciar a cronologia de fenômenos cadavéricos, constitui, com maior probabilidade, uma estimativa aproximada correta do tempo de morte (intervalo *post mortem*):

- (A) 4 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 15 horas.
- (D) 24 horas.
- (E) 36 horas.

20. O conceito de estupro foi ampliado com as alterações da Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, tendo a seguinte redação: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Com relação aos aspectos médico-legais de estupro, é correto afirmar:

- (A) a conjunção carnal é caracterizada quando existe a introdução completa ou incompleta do pênis na cavidade vaginal, ocorrendo ou não ejaculação, cópula vestibular ou vulvar e o coito oral ou anal.
- (B) a anestesia, os estados hipnóticos (induzidos ou provocados), a embriaguez completa e a ação das drogas alucinógenas são exemplos de violência efetiva psíquica.
- (C) o estupro mediante violência presumida é chamado de “estupro de vulnerável”, em que são as vítimas menores de 12 anos e os portadores de enfermidade ou deficiência mental, sem o devido discernimento para a prática do ato.
- (D) o atentado violento ao pudor é caracterizado quando há atos libidinosos, como a masturbação e os toques indevidos em órgãos sexuais, sem indícios de conjunção carnal.
- (E) a violência é presumida quando existe o concurso da força física ou o emprego de meios capazes de privar ou perturbar o entendimento da vítima, impossibilitando-a de reagir ou defender-se.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

21. Do ponto de vista da eficácia, para a nova gestão pública, os funcionários devem mudar a ênfase dos processos e procedimentos para

- (A) a visão patrimonialista.
- (B) a lógica de mercado.
- (C) os meios.
- (D) os resultados.
- (E) a racionalidade burocrática.

22. Nas estruturas organizacionais que reproduzem a forma de uma pirâmide, qual é a maneira pela qual o trabalho se manifesta?

- (A) Dividido em funções bem definidas e segundo as especialidades.
- (B) De forma divisionalizada, com foco na estratégia.
- (C) Com formato de unidades autônomas e autogerenciamento.
- (D) Em um desenho matricial cujo foco é o produto.
- (E) Por meio de conexões verticais, horizontais e diagonais.

23. Os modelos de excelência em gestão colocam como um dos mais importantes objetivos a valorização das pessoas que compõem a organização. Uma das formas de praticar essa valorização é por meio da utilização de uma forma de gestão que contribua para o aprimoramento de habilidades técnicas, operacionais e comportamentais dos funcionários, a fim de cumprir com os objetivos e os resultados organizacionais. O nome desse modelo é Gestão

- (A) Compartilhada.
- (B) por Desenvolvimento Organizacional.
- (C) Participativa.
- (D) por Resultados.
- (E) por Competências.

24. A atuação corretiva sobre a diferença identificada entre o que foi planejado e o executado usando-se a metodologia do PDCA deve acontecer na fase _____; caso contrário, haverá _____ e _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) C ... a finalização ... a conclusão do plano
- (B) A ... a padronização ... a conclusão do plano
- (C) D ... a ocorrência de erro ... a finalização
- (D) P ... o início do planejamento ... a retroação
- (E) D ... a conclusão do plano ... a ocorrência de erro

25. Um primeiro passo para se estruturar uma organização por processos é a identificação da própria organização por meio do mapeamento dos fluxos mais importantes, das partes interessadas e suas necessidades, da estrutura organizacional e dos objetivos estratégicos da organização. Essa primeira fase representa a construção

- (A) das Hipóteses Prévias.
- (B) da Função Gerencial.
- (C) da Cadeia de Valor.
- (D) da Hierarquia Organizacional.
- (E) dos Indicadores de Gestão.

26. A busca contínua e o alcance de novos patamares de conhecimento, individuais e coletivos, por meio da percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de informações e experiências é a definição de um dos conceitos que fundamentam o modelo da Gespública. Trata-se do conceito de

- (A) Controle Social.
- (B) Cultura da Inovação.
- (C) Responsabilidade Social.
- (D) Aprendizado Organizacional.
- (E) Foco no Cidadão e na Sociedade.

LEIS ESPECÍFICAS

27. Ivan é investigador de polícia e, precisando fazer uma investigação "in loco", retirou da delegacia onde trabalha um Inquérito Policial sem a devida anuência do Delegado Titular de Polícia, conduta que vem demonstrando reiteradamente. Nesse caso, conforme a Lei Estadual nº 6.677/94, Ivan

- (A) poderá ser demitido a bem do serviço público.
- (B) poderá ser advertido verbalmente por inobservância do seu dever funcional previsto em lei.
- (C) poderá ser suspenso por até 90 (noventa) dias, por violação a uma das proibições previstas em lei.
- (D) não poderá sofrer punição porque ele agiu de boa fé e no estrito cumprimento do seu dever funcional.
- (E) não poderá sofrer penalidades porque sua atitude não tipifica uma infração disciplinar.

28. De acordo com a Lei Estadual nº 9.433/2005, para a contratação de instituição dedicada a recuperação social do preso, que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, a licitação

- (A) é cabível, na modalidade de menor preço, após autorização expressa da autoridade competente.
- (B) deve ser feita por carta-convite.
- (C) é inexigível.
- (D) é dispensável.
- (E) deve ser feita mediante autorização expressa da autoridade competente, pela menor oferta.

29. Nos termos da Lei Estadual nº 11.370/2009, é uma atribuição privativa do cargo de Investigador de Polícia Civil

- (A) proceder à investigação criminal e ao exercício de polícia judiciária, ainda que relacionados à matéria sob jurisdição militar.
- (B) participar de estudos, projetos e pesquisas de natureza técnica ou especializada sobre ciências criminais, inteligência policial e estatísticas de crimes.
- (C) executar tarefas de apoio à realização de perícias de infração penal e de laboratório.
- (D) elaborar relatórios e levantamentos estatísticos na área da papiloscopia.
- (E) executar trabalhos fotográficos ou serviços de identificação civil e criminal e retrato falado.

30. De acordo com o que prescreve a Lei Estadual nº 12.209/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada à Administração a recusa imotivada de receber qualquer requerimento, devendo o postulante ser orientado quanto ao saneamento de eventuais falhas.
- (B) Os órgãos e entidades poderão elaborar modelos ou formulários padronizados para os assuntos que importem diversas pretensões.
- (C) Não será admitida no processo administrativo a prova emprestada e produzida validamente em outro processo, seja ele administrativo ou judicial.
- (D) É assegurada ao postulante a faculdade de apresentar manifestação final antes do encerramento da instrução processual.
- (E) É vedada a inclusão de novos documentos aos autos, após a manifestação final.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

31. Acerca dos princípios da legalidade e da anterioridade insculpidos no art. 1º do Código Penal e no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.
- (A) Uma das funções do princípio da legalidade é permitir a criação de crimes e penas pelos usos e costumes.
 - (B) No Brasil, em um primeiro momento, a União Federal pode legislar sobre matéria penal. No entanto, de forma indireta e urgente, leis estaduais podem impor regras e sanções de natureza criminal.
 - (C) A lei penal incriminadora somente pode ser aplicada a um fato concreto desde que tenha tido origem antes da prática da conduta. Em situações temporárias e excepcionais, no entanto, admite-se a mitigação do princípio da anterioridade.
 - (D) Desdobramento do princípio da legalidade é o da taxatividade, que impede a edição de tipos penais genéricos e indeterminados.
 - (E) O princípio da legalidade afasta a aplicação da interpretação extensiva, mas permite a aplicação da analogia de forma ampla e irrestrita.
32. Acácio, no dia 19 de fevereiro de 2018 (segunda-feira), foi vítima do crime de difamação. O ofensor foi seu vizinho Firmino. Trata-se de crime de ação privada, cujo prazo decadencial (penal) para o oferecimento da petição inicial é de 6 meses a contar do conhecimento da autoria do crime. Sobre a contagem do prazo, qual seria o último dia para o oferecimento da queixa-crime?
- (A) 17 de agosto de 2018 (sexta-feira).
 - (B) 18 de agosto de 2018 (sábado).
 - (C) 19 de agosto de 2018 (domingo).
 - (D) 20 de agosto de 2018 (segunda-feira).
 - (E) 21 de agosto de 2018 (terça-feira).
33. O Código Penal, no art. 23, elenca as causas gerais ou genéricas de exclusão da ilicitude. Sobre tais excludentes, assinale a alternativa correta.
- (A) Morador não aceita que funcionário público, cumprindo ordem de juiz competente, adentre em sua residência para realizar busca e apreensão. Se o funcionário autorizar o arrombamento da porta e a entrada forçada, responderá pelo crime de violação de domicílio.
 - (B) O estrito cumprimento do dever legal é perfeitamente compatível com os crimes dolosos e culposos.
 - (C) Para a configuração do estado de necessidade, o bem jurídico deve ser exposto a perigo atual ou iminente, não provocado voluntariamente pelo agente.
 - (D) O reconhecimento da legítima defesa pressupõe que seja demonstrado que o agente agiu contra agressão injusta atual ou iminente nos limites necessários para fazer cessar tal agressão.
 - (E) Deve responder pelo crime de constrangimento ilegal aquele que não sendo autoridade policial prender agente em flagrante delito.
34. Assinale a alternativa que indica a teoria adotada pela legislação quanto ao tempo do crime.
- (A) Retroatividade.
 - (B) Atividade.
 - (C) Territorialidade.
 - (D) Ubiquidade.
 - (E) Extraterritorialidade.
35. Sobre a territorialidade e a extraterritorialidade da lei penal, previstas nos artigos 5º e 7º do Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao crime cometido no território nacional, aplica-se a lei brasileira, independentemente de qualquer convenção, tratado ou regra de direito internacional.
 - (B) Ao autor de crime praticado contra a liberdade do Presidente da República quando em viagem a país estrangeiro, aplica-se a lei do país em que os fatos ocorrerem.
 - (C) Embarcação brasileira a serviço do governo brasileiro, para os efeitos penais, é considerada extensão do território nacional.
 - (D) Crime cometido no estrangeiro, praticado por brasileiro, fica sujeito à lei brasileira independentemente da satisfação de qualquer condição.
 - (E) Aplica-se a lei brasileira ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, independentemente da satisfação de qualquer condição.

36. De acordo com o Estatuto Penal brasileiro, são elementos da culpabilidade a imputabilidade, a potencial consciência da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa. Sobre a imputabilidade, assinale a alternativa correta.
- (A) O conceito de imputabilidade penal compreende a capacidade mental do indivíduo, considerando-se apenas a sua idade ao tempo do crime.
 - (B) Entre as causas de exclusão da imputabilidade, encontra-se a embriaguez completa ou incompleta, mas sempre voluntária.
 - (C) A legislação penal brasileira adotou o critério biopsicológico como aquele de aferição da imputabilidade, independentemente da idade do infrator ao tempo do fato.
 - (D) Ao agente que, em virtude da perturbação da saúde mental, não for inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, poderá ser imposta pena como sanção, porém com redução de 1 (um) a 2/3 (dois terços).
 - (E) O agente que por embriaguez incompleta e voluntária não for, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato será isento de pena.
37. Quando o agente, mediante mais de 1 (uma) ação ou omissão, pratica 2 (dois) ou mais crimes, verifica-se o instituto do concurso de crimes, que pode ser formal ou material, a depender da unidade ou da pluralidade de condutas. Sobre o tema, o Código Penal estabelece que
- (A) na hipótese de concurso material, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais crimes será cabível a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
 - (B) na hipótese de concurso formal imperfeito ou impróprio, aplica-se o sistema de exasperação da pena, independentemente da quantidade de condenação.
 - (C) quando forem aplicadas penas restritivas de direitos, será possível ao condenado cumpri-las de forma simultânea, desde que compatíveis entre si.
 - (D) se entende por concurso formal próprio ou perfeito aquele em que o agente pratica mais de uma conduta, mas na presença de desígnios autônomos, ou seja, a vontade de atingir mais de um resultado.
 - (E) no caso de concurso material, sendo o agente condenado cumulativamente a pena de reclusão e detenção, executa-se primeiro a de detenção.
38. Quanto aos crimes contra a vida, assinale a alternativa correta.
- (A) Suponha que “A” seja instigado a suicidar-se e decida pular da janela do prédio em que reside. Ao dar cabo do plano suicida, “A” não morre e apenas sofre lesão corporal de natureza leve. Pode-se afirmar que o instigador deverá responder pelo crime de tentativa de instigação ao suicídio, previsto no art. 122 do Código Penal.
 - (B) Considera-se qualificado o homicídio praticado contra pessoa menor de 14 anos ou maior de 60 anos.
 - (C) O Código Penal permite o aborto praticado pela própria gestante quando existir risco de morte e não houver outro meio de se salvar.
 - (D) O feminicídio é espécie de homicídio qualificado e resta configurado quando a morte da mulher se dá em razão da condição do sexo feminino. Se o crime for presenciado por descendente da vítima, incidirá ainda causa de aumento de pena.
 - (E) O aborto provocado pela gestante, figura prevista no art. 124 do Código Penal, cuja pena é de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, admite coautoria.
39. Teodoro, 30 anos de idade, brasileiro, casado e sem antecedentes, falsificou 10 cédulas de R\$ 10,00 (dez reais) com o intuito de introduzi-las em circulação, na conduta de pagar uma conta de TV a cabo atrasada. A caminho da casa lotérica, no entanto, foi abordado por policiais e, assustado, entregou as cédulas e confessou a falsificação. Considerando-se a situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) Teodoro praticou o crime de moeda falsa na modalidade tentada, pois não conseguiu consumir seu intento que era o de colocar as cédulas em circulação.
 - (B) tendo em vista o ínfimo valor das cédulas falsificadas, trata-se de fato atípico.
 - (C) Teodoro praticou o crime de moeda falsa na modalidade consumada e, se condenado, poderá receber uma pena de reclusão de 3 (três) a 12 (doze) anos, mais a imposição de multa.
 - (D) apesar de ter falsificado as cédulas, tendo em vista que as entregou à autoridade policial antes de introduzi-las na circulação, Teodoro poderá ter reconhecida em seu favor a figura privilegiada prevista no § 2º do art. 289 do Código Penal, que trata de figura privilegiada.
 - (E) por ter falsificado as cédulas visando pagar uma conta atrasada, Teodoro poderá alegar estado de necessidade e ter reconhecida a excludente de ilicitude.

40. A Lei nº 4.898/65 regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Acerca de referida lei, assinale a alternativa correta.
- (A) Para os efeitos da Lei, considera-se autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar apenas de forma permanente e remunerada.
 - (B) Caso haja necessidade de se aguardar decisão de ação penal ou civil, o processo administrativo poderá ser sobrestado.
 - (C) O início da ação penal depende de inquérito policial relatado e encaminhado ao órgão do Ministério Público.
 - (D) Nos termos da lei, constitui abuso de autoridade submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
 - (E) As testemunhas de acusação e defesa não poderão ser apresentadas em juízo, já que é imprescindível sua intimação.
41. Adalberto decidiu matar seu cunhado em face das constantes desavenças, especialmente financeiras, pois eram sócios em uma empresa e estavam passando por dificuldades. Preparou seu revólver e se dirigiu até a sala que dividiam na empresa. Parou de frente ao inimigo e apontou a arma em sua direção, mas antes de acionar o gatilho foi impedido pela secretária que, ao ver a sombra pela porta, decidiu intervir e impedir o disparo. Em face do ocorrido, pode-se afirmar que Adalberto poderá responder por
- (A) constrangimento ilegal.
 - (B) tentativa de homicídio.
 - (C) tentativa de lesão corporal.
 - (D) fato atípico.
 - (E) arrependimento eficaz.
42. Sobre o concurso de pessoas e as previsões expressas da legislação penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
 - (B) Se a participação for de menor importância, será aplicada atenuante genérica.
 - (C) Ao concorrente que quis participar de crime menos grave, será aplicada a mesma pena do concorrente, diminuída, no entanto, de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).
 - (D) As circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime, são incommunicáveis aos coautores.
 - (E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio são puníveis ainda que o crime não chegue a ser tentado.
43. Sobre as disposições gerais aplicáveis aos crimes contra o patrimônio, previstas nos artigos 181 a 183 do Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Maria, apesar de divorciada de José, com este mantém amizade, e constantemente se encontram para jantar. Em um desses encontros, Maria furtou o relógio e as abotoaduras de ouro pertencentes a José. Nesse caso, por ter sido casada com José, Maria estará isenta de pena, nos termos do art. 181, I, do Código Penal.
 - (B) Se o crime for cometido em prejuízo de irmão, legítimo ou ilegítimo, a ação penal será pública incondicionada.
 - (C) Manoel, para sustentar o vício em jogos, furtou R\$ 70.000,00 de seu pai, referente a todo o dinheiro economizado durante a vida do genitor, um senhor de 65 anos de idade à época do fato. Por ter praticado crime sem violência contra seu genitor, Manoel ficará isento de pena.
 - (D) As causas de isenção de pena previstas nos artigos 181 e 182 também se estendem ao estranho que participa do crime.
 - (E) Se o crime for cometido em prejuízo de tio ou sobrinho com quem o agente coabita, a ação penal será pública condicionada à representação.
44. A Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90), embora não forneça o conceito de crime hediondo, apresenta um rol dos crimes que se enquadram em seus dispositivos, entre os quais se pode destacar
- (A) instigação ao suicídio.
 - (B) lesão corporal de natureza grave.
 - (C) incêndio qualificado pela morte.
 - (D) extorsão mediante sequestro.
 - (E) violação sexual mediante fraude.

- 45.** Em havendo conflito entre o Código de Processo Penal e uma lei especial que contenha normas processuais, a solução será a
- (A) aplicação da norma que for mais recente, independentemente de eventual benefício ao réu.
 - (B) aplicação da lei especial e, quando omissa, subsidiariamente do Código de Processo Penal.
 - (C) aplicação do que for mais favorável ao acusado, independentemente da data de promulgação.
 - (D) conjugação de ambos os diplomas, aplicando-se as normas que forem mais benéficas ao acusado.
 - (E) prevaência da regra geral do Código de Processo Penal, em virtude da proibição constitucional dos juízos de exceção.
- 46.** A respeito do princípio constitucional do juiz natural, é correto afirmar que, na fase investigatória,
- (A) ele é representado pelo delegado de polícia, que atua na presidência do inquérito policial e concretiza as medidas legais.
 - (B) não há, uma vez que para sua existência é imprescindível que haja o contraditório formal e a ampla defesa.
 - (C) não existe, pois nesta fase a autoridade judiciária exerce tão somente atividade correccional e nunca jurisdiccional propriamente dita.
 - (D) poderá haver tão somente na hipótese de decretação de medidas que cerceiem a liberdade do investigado.
 - (E) ele é representado pelo juiz de direito que concede prazos, autoriza diligências e determina medidas restritivas.
- 47.** A obtenção de dados e informações cadastrais de vítimas ou de suspeitos junto a órgãos do poder público ou empresas da iniciativa privada, durante a investigação de crime de tráfico de pessoas, poderá ser requisitada
- (A) pela Autoridade Judiciária, mediante representação do Ministério Público.
 - (B) pela Autoridade Judiciária, mediante representação do Delegado de Polícia.
 - (C) diretamente pelo Delegado de Polícia ou pelo Promotor de Justiça.
 - (D) apenas pela Autoridade Judiciária, de ofício.
 - (E) somente pelo Delegado de Polícia ou pelo Juiz de Direito.
- 48.** A regra de que a ação penal será sempre pública, independentemente da natureza do crime,
- (A) vige quando o crime for praticado em detrimento de patrimônio ou interesse da União, Estado e Município.
 - (B) não se aplica quando se tratar de contravenção penal praticada contra os costumes.
 - (C) vigora para todas as infrações penais em obediência ao princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdiccional.
 - (D) decorre do fundamento da República Federativa do Brasil consistente no respeito à dignidade da pessoa humana, por isso aplica-se a todos os tipos penais.
 - (E) não é válida quando o ofendido puder prover às despesas do processo, sem privar-se dos recursos indispensáveis ao próprio sustento ou da família.
- 49.** Em procedimento legal de interceptação de conversas telefônicas visando a apurar tráfico de drogas, durante o inquérito policial, foram transcritas conversas que tratavam de assuntos diversos daqueles sob a investigação. A respeito destes últimos, de acordo com a Lei Federal nº 9.296/1996, que trata da matéria, a providência a ser adotada será
- (A) a exclusão de ofício, pela Autoridade Policial que presidir às investigações e sob pena de responsabilidade, dos trechos irrelevantes.
 - (B) a representação, pela Autoridade Policial, para inutilização dos trechos irrelevantes, o que poderá ser autorizado apenas pela Autoridade Judiciária competente.
 - (C) a manutenção dos trechos considerados irrelevantes em autos apartados, uma vez que estes têm caráter sigiloso.
 - (D) o aguardamento até o trânsito da sentença para excluir os trechos havidos por irrelevantes, uma vez que estes poderão ser avaliados novamente no curso do processo.
 - (E) o refazimento da interceptação, já que a transcrição de trechos irrelevantes à apuração contamina toda a prova, conforme estabelece a “teoria dos frutos envenenados”.

- 50.** Os crimes materiais exigem que a ação penal seja instruída com o respectivo exame de corpo de delito cujo laudo, para ter validade, deve ser assinado por
- (A) 2 (dois) peritos oficiais, independentemente do grau de instrução, ou por 2 (duas) pessoas idôneas, preferencialmente portadoras de diploma de curso superior.
 - (B) 1 (um) perito oficial, preferencialmente portador de diploma de curso superior, ou por 2 (duas) pessoas idôneas, com atuação na área da perícia.
 - (C) 2 (dois) peritos oficiais, com formação superior na área específica da perícia, sendo vedada a assinatura por leigos.
 - (D) 1 (um) perito oficial, obrigatoriamente portador de diploma de curso superior, ou por 2 (duas) pessoas idôneas, que também possuam o mesmo grau de instrução.
 - (E) 1 (um) perito oficial, portador de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, vedada a assinatura por leigos.
- 51.** A respeito do interrogatório de réu preso por videoconferência, de acordo com a sistemática adotada pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Desde que haja estrutura e meios suficientes para assegurar os direitos do acusado, pode ser realizado em todos os processos.
 - (B) As partes deverão ser cientificadas da sua realização com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
 - (C) Apenas poderá ser realizado na hipótese de prevenir risco à segurança pública ou se houver suspeita de o preso integrar organização criminosa.
 - (D) Justifica-se sua realização apenas no interesse da defesa, quando o acusado sofrer de grave enfermidade ou outra circunstância especial.
 - (E) Trata-se de medida excepcional e só poderá ser realizado após prévia decisão judicial fundamentada.
- 52.** A afirmação de que “a confissão é a rainha das provas”, em Direito Processual Penal, é
- (A) inaceitável, porque ela contraria o princípio de que ninguém pode oferecer provas contra si.
 - (B) pertinente, pois, se o acusado admite a imputação, o Estado fica desincumbido de produzir a prova.
 - (C) válida apenas para os crimes contra o patrimônio, desde que haja a indenização do valor do prejuízo.
 - (D) inaplicável, salvo se a confissão for espontânea e prestada em presença de advogado constituído pelo réu.
 - (E) incabível, uma vez que ela deverá ser confrontada com os demais elementos do processo.
- 53.** Iniciada uma diligência visando a apreender, com urgência, objeto cujo possuidor ou detentor evade-se para Estado limítrofe, é correto afirmar que
- (A) os agentes da autoridade deverão interromper a diligência, elaborar relatório minucioso, para que ela seja concluída mediante carta precatória.
 - (B) apenas se a diligência for comandada pela autoridade policial, os agentes da autoridade poderão ingressar no território do outro Estado e realizar a apreensão.
 - (C) os agentes da autoridade poderão ingressar no território do outro Estado e, encontrando o objeto, apreendê-lo imediatamente.
 - (D) ainda que haja urgência na apreensão, os agentes da autoridade deverão apresentar-se à autoridade policial da respectiva área.
 - (E) os agentes da autoridade poderão ingressar em outro Estado se houver ordem judicial para a transposição.
- 54.** Quanto aos assistentes de acusação, o Código de Processo Penal estabelece que
- (A) o assistente é aquele que oferece a denúncia, na hipótese de inércia do Ministério Público nos crimes de ação penal pública.
 - (B) a morte do ofendido obsta que outrem atue ao lado do Ministério Público, no polo ativo.
 - (C) na hipótese de ação penal privada, poderá haver assistência de acusação tão somente se houver pluralidade de ofendidos.
 - (D) na hipótese de morte do ofendido, poderão habilitar-se como assistente seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - (E) a assistência inicia-se com a denúncia e conclui-se, em havendo interesse do ofendido, com o término da execução da pena.
- 55.** A respeito do cumprimento de mandado de prisão, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) durante a diligência respectiva, são admitidas tão somente as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
 - (B) o emprego da força física será admitido apenas na hipótese de tentativa de fuga do preso.
 - (C) devem ser observadas as restrições referentes à inviolabilidade de domicílio, à liberdade de culto e ao respeito aos mortos.
 - (D) somente poderá ser realizado durante o dia, independentemente do local.
 - (E) o emprego de força será admitido exclusivamente contra obstáculo físico, visando a prender o procurado.

56. De acordo com o Código de Processo Penal, é vedada a decretação da prisão preventiva se a autoridade judiciária constatar que o agente
- (A) não se encontrava em nenhuma das hipóteses legais que justificam a lavratura do auto de flagrante delito.
 - (B) praticou a ação ou omissão que lhe é atribuída acobertado por alguma das excludentes de ilicitude.
 - (C) era menor de 21 (vinte e um) anos de idade por ocasião do crime ou maior de 70 (setenta) anos de idade por ocasião da decisão.
 - (D) tiver condenação anterior por crime doloso, independentemente da data do cumprimento da pena ou da extinção da punibilidade.
 - (E) não fornecer, no momento da prisão, dados de sua identidade, mesmo que esta tenha sido apurada em momento posterior.
57. O cumprimento de um alvará de soltura clausulado expedido pela autoridade judiciária em sede de *habeas corpus* significa que
- (A) o paciente deverá ser imediatamente solto, independentemente de qualquer outra cláusula ou condição.
 - (B) a soltura do paciente apenas poderá ocorrer depois de autorizada pelo juízo que havia determinado a prisão objeto da impetração.
 - (C) somente poderá ocorrer a soltura do paciente se ele aceitar submeter-se a medida cautelar diversa da prisão.
 - (D) o paciente deverá ser solto imediatamente, desde que não haja outro motivo legal para mantê-lo preso.
 - (E) o paciente será solto tão logo haja demonstração da justeza dos motivos alegados na impetração.
58. O Código de Processo Penal exige que a petição que visa a impetrar ordem de *habeas corpus* indique os seguintes requisitos:
- (A) quem sofre a violência ou se encontra na iminência de sofrê-la e a descrição do constrangimento que se alega, sendo facultativa a qualificação de quem propõe a medida.
 - (B) a descrição da violência ou da ameaça de violência que se acredita existir, a identificação nominal da autoridade que pratica ou irá praticar essa violência e os nomes de testemunhas que a comprovem.
 - (C) a pessoa que está sofrendo o constrangimento, a autoridade coatora, a especificação da modalidade de violência ou ameaça que justifique a medida e a assinatura e a identificação do impetrante.
 - (D) o ato ou fato que cause o constrangimento que justifique a impetração, o nome e o cargo da autoridade que pratique a ilegalidade e o nome e a qualificação do impetrante, sendo vedada a impetração por analfabeto.
 - (E) a qualificação completa de quem sofre a violência ou a ameaça de coação e da autoridade que a pratique, a descrição da ação arbitrária e os nomes de testemunhas que a comprovem.
59. No que diz respeito à internação do adolescente infrator prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que, antes da sentença,
- (A) a internação do adolescente infrator poderá ser determinada pelo juiz por prazo indeterminado.
 - (B) a internação do adolescente infrator poderá ser determinada pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, desde que demonstrada a necessidade imperiosa da medida, sendo imprescindível a fundamentação da decisão com base em indícios suficientes de autoria e materialidade.
 - (C) a internação do adolescente infrator poderá ser determinada pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo prorrogável por mais 45 (quarenta e cinco) dias, desde que devidamente justificada a necessidade.
 - (D) não poderá ser determinada a internação do adolescente infrator pelo juiz.
 - (E) a internação do adolescente infrator poderá ser determinada pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
60. A Lei nº 9.099/95, relativa aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê que,
- (A) no caso de lesão corporal dolosa leve ou culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.
 - (B) no caso de lesão corporal dolosa leve ou culposa, a ação penal será privada.
 - (C) apenas no caso de lesão corporal culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.
 - (D) no caso de lesão corporal dolosa leve, grave, gravíssima ou culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.
 - (E) no caso de lesão corporal dolosa leve, a ação penal será pública e incondicionada.

- 61.** De acordo com a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que
- (A) o regime disciplinar diferenciado pode ser imposto tanto ao condenado quanto ao preso provisório, tendo como fundamento a prática de qualquer crime doloso.
 - (B) a permissão de saída é cabível apenas para pessoas presas em regime semiaberto.
 - (C) a saída temporária é permitida para visita à família e é concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 5 (cinco) vezes durante o ano.
 - (D) a regressão de regime pode ser imposta ao apenado que, no curso da execução, seja condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso ou, nos termos do regulamento da penitenciária, incorra na prática de falta média.
 - (E) a inclusão do apenado no regime aberto depende da comprovação de que ele já está trabalhando, porque deve comprovar a capacidade prévia de sustentar-se por meios lícitos.
- 62.** A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinale a alternativa correta.
- (A) Ninguém pode ser preso, detido ou exilado.
 - (B) Ninguém será condenado por ação ou omissão, ainda que, no momento de sua prática, constituísse ato delituoso frente ao direito interno e internacional.
 - (C) Nenhuma pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de se beneficiar de asilo em outros países.
 - (D) O direito de asilo não pode ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por atividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.
 - (E) Nenhuma pessoa pode abandonar o país em que se encontra.
- 63.** A respeito dos crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), assinale a alternativa correta.
- (A) Constitui crime negar acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento.
 - (B) Constitui crime deixar de prestar assistência ao idoso em situação de iminente perigo, independentemente do risco pessoal.
 - (C) Constitui crime negar a alguém emprego ou trabalho por motivo de idade, salvo se houver justa causa.
 - (D) Constitui crime deixar de cumprir, retardar ou frustrar, mesmo com justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil prevista na Lei nº 10.741/03.
 - (E) Constitui crime lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa com discernimento de seus atos.
- 64.** A Lei nº 8.429/92 estabelece que constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito, auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo. Sabendo-se que Josué (empresário) concorreu com Gilson (funcionário público federal) para a prática de ato de improbidade administrativa, enriquecendo-se ambos ilicitamente, é correto afirmar que as disposições da Lei nº 8.429/92
- (A) não são aplicáveis a Josué, pois este não é agente público.
 - (B) são aplicáveis a Josué, inclusive com previsão de causa de aumento de pena por ser agente estranho à Administração Pública.
 - (C) são aplicáveis a Josué, no que couber, mesmo não sendo agente público, pois concorreu com Gilson para prática de ato de improbidade, todavia não atingem, de maneira alguma, seus sucessores.
 - (D) são aplicáveis a Josué, no que couber, mesmo não sendo agente público, pois concorreu com Gilson para prática de ato de improbidade, observando-se que, em razão do enriquecimento ilícito, podem ser atingidos seus sucessores até o limite do valor da herança.
 - (E) são aplicáveis a Josué, no que couber, mesmo não sendo agente público, pois concorreu com Gilson para prática de ato de improbidade, observando-se que, em razão do enriquecimento ilícito, podem ser atingidos seus sucessores independentemente do limite do valor da herança.
- 65.** Considerando a legislação acerca dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (SFN), assinale a alternativa correta.
- (A) Os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional são de competência da Justiça Estadual.
 - (B) O interventor, o síndico e o liquidante não podem ser penalmente equiparados a administradores de instituição financeira, ou seja, não podem responder penalmente.
 - (C) Nos crimes contra o sistema financeiro, não é admitida a delação premiada como forma de redução de pena.
 - (D) Considera-se crime imprimir, reproduzir ou, de qualquer modo, fabricar ou pôr em circulação, ainda que com autorização escrita da sociedade emissora, certificado, cautela ou outro documento representativo de título ou valor mobiliário.
 - (E) Constitui crime manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.

- 66.** No tocante ao previsto na Lei nº 8.137/90, é correto afirmar que
- (A) o crime contra ordem tributária previsto no art. 1º, IV, da Lei nº 8.137/90 (“elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato”) não pode ser praticado por quem não é contribuinte.
 - (B) a omissão de informação às autoridades fazendárias só constitui crime contra ordem tributária se tiver a finalidade de suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório.
 - (C) constitui crime contra ordem econômica divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
 - (D) todos os crimes contra ordem tributária são de ação penal pública condicionada à representação.
 - (E) o crime contra ordem tributária previsto no art. 1º, IV, da Lei nº 8.137/90 (“elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato”) pode ser punido a título de culpa.
- 67.** A respeito das disposições penais do Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.
- (A) Constitui crime dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, desde que a oferta seja aceita.
 - (B) Constitui crime rubricar e fornecer a cédula oficial em outra oportunidade que não a de entrega desta ao eleitor.
 - (C) Constitui crime diminuir os preços de utilidades e serviços necessários à realização de eleições, tais como transporte e alimentação de eleitores, impressão, publicidade e divulgação de matéria eleitoral.
 - (D) Constitui crime observar a ordem em que os eleitores devem ser chamados a votar.
 - (E) Constitui contravenção penal perturbar ou impedir de qualquer forma o alistamento.
- 68.** Considerando o previsto na Lei nº 5.553/68 acerca da carteira de identidade, assinale a alternativa correta.
- (A) Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão os dados anotados, podendo o agente público reter o documento até a saída da pessoa do estabelecimento.
 - (B) Constitui crime, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa, a retenção de qualquer documento a que se refere a Lei nº 5.553/68.
 - (C) Somente por ordem judicial ou do Ministério Público, poderá ficar retido qualquer documento de identificação pessoal.
 - (D) Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado.
 - (E) Constitui crime, punível com pena de detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano e multa, a retenção de qualquer documento a que se refere a Lei nº 5.553/68.
- 69.** Ao ato infracional cometido por criança, poderá ser aplicada
- (A) liberdade assistida.
 - (B) advertência.
 - (C) inserção em regime de semiliberdade.
 - (D) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
 - (E) prestação de serviços à comunidade.
- 70.** A Lei de Execução Penal adotou o instituto da remição, que é o desconto de 1 (um) dia da pena por 3 (três) dias trabalhados pelo condenado. Diante das normas legais a respeito do assunto, constata-se que
- (A) uma vez realizado o trabalho, não pode fato posterior suprimir o direito à remição.
 - (B) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/6 (um sexto) dos dias remidos.
 - (C) o cometimento de falta média ou grave pode acarretar a revogação total dos dias remidos.
 - (D) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/2 (metade) dos dias remidos.
 - (E) o cometimento de falta grave pode acarretar a revogação de até 1/3 (um terço) dos dias remidos.

71. No Título II do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), estão previstas algumas condutas que, se praticadas pelo fornecedor, serão consideradas crime, entre elas:

- (A) fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva.
- (B) executar serviço de alto grau de periculosidade, mesmo em consonância com determinação de autoridade competente.
- (C) empregar, na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição ainda que novos, sem autorização do consumidor.
- (D) comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos ainda que o conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado.
- (E) empregar na reparação de produtos, peças ou componentes usados, mesmo que com a autorização do consumidor.

72. Diante do previsto na Lei nº 9.296/96 – Lei de Interceptação Telefônica, assinale a alternativa correta.

- (A) A interceptação telefônica será admitida mesmo que a prova possa ser feita por outros meios disponíveis.
- (B) A interceptação telefônica poderá ser determinada pelo representante do Ministério Público, de ofício, mediante idônea fundamentação durante a instrução criminal.
- (C) O juiz deverá decidir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre o pedido de interceptação.
- (D) Somente será admitido o pedido de interceptação telefônica feito por escrito.
- (E) Não é necessária a presença de indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal para que seja determinada a interceptação telefônica.

73. Suponha que o Senado Federal decida criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigação da corrupção no Futebol. Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) se exige, para a criação da CPI, que pelo menos 1/6 (um sexto) dos membros do Senado tenham subscrito o requerimento de instauração.
- (B) no âmbito da investigação, se verificada a possibilidade de que o investigado fuja do país, a CPI poderá impor a proibição de ausentar-se do país.
- (C) havendo suspeita de que o(s) investigado(s) mantém contato contínuo com organizações criminosas, a CPI poderá determinar interceptação telefônica.
- (D) em regra, referida CPI poderá ser criada por prazo indeterminado, em função da necessidade de investigação apropriada da corrupção.
- (E) a CPI será inconstitucional, pois o comando constitucional exige a instauração para apuração de fato determinado e não genérico.

74. Com base nas previsões da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar sobre a segurança pública que

- (A) às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- (B) é competência concorrente das polícias federal e civil as funções de polícia judiciária da União.
- (C) os servidores policiais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (D) é permitido aos Municípios que detenham a partir de 30 (trinta) mil habitantes a constituição de guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- (E) compete à polícia civil exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

75. Imagine que Marieta, brasileira nata, e Roger, americano nato, estejam residindo atualmente nos Estados Unidos, período em que ocorre o nascimento de Lucas, filho deles. Nessa situação, nos termos da disposição da Constituição acerca da nacionalidade, é correto afirmar que
- (A) caso Marieta esteja nos Estados Unidos a serviço da República Federativa do Brasil, o seu filho será considerado como brasileiro nato.
 - (B) ainda que Lucas seja registrado perante o Consulado Brasileiro, não será considerado como brasileiro nato ou naturalizado, já que o Brasil adota como único critério o *jus soli*.
 - (C) para ser considerado brasileiro naturalizado, Lucas deverá passar a residir no Brasil por pelo menos 1 (um) ano ininterrupto e possuir idoneidade moral.
 - (D) Lucas poderá ser considerado brasileiro nato desde que venha a residir no Brasil e, depois de 10 (dez) anos ininterruptos de residência, opte pela nacionalidade brasileira.
 - (E) para ser considerado brasileiro nato, basta que Lucas, a qualquer tempo, depois de atingir a idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira.
76. De acordo com a Constituição, assinale a alternativa correta sobre os partidos políticos.
- (A) É livre a criação, a fusão e a incorporação de partidos políticos, mas a extinção, em função de sua importância na democracia, exige a aprovação do Poder Público.
 - (B) Poderão possuir caráter regional nos Estados cuja população seja superior a 1 (um) milhão de habitantes.
 - (C) É defeso aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
 - (D) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos perante o Tribunal Regional Eleitoral da respectiva entidade da federação de sua sede.
 - (E) O acesso aos recursos do fundo partidário e ao rádio e à televisão será destinado a todos os partidos políticos, indiscriminadamente, para garantia da isonomia na representação política.
77. Sob a ótica da classificação doutrinária e com base na Constituição Federal brasileira, assinale a alternativa que representa uma norma constitucional de natureza programática.
- (A) É garantido o direito de propriedade.
 - (B) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter militar.
 - (C) É garantido o direito de herança.
 - (D) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
 - (E) A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
78. Imagine que a Câmara Municipal da Cidade X aprovou projeto de lei dispondo sobre interesses das comunidades indígenas localizadas em seu território. Nesse caso, partindo das regras constitucionais sobre a repartição de competências, é correto afirmar que a lei é
- (A) inconstitucional sob o prisma formal, já que se trata de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal a regulamentação de qualquer matéria relativa às populações indígenas.
 - (B) inconstitucional sob o prisma formal, já que se trata de competência legislativa privativa da União tratar sobre as populações indígenas.
 - (C) inconstitucional sob o prisma formal, já que a matéria é de competência exclusiva dos Estados membros e Distrito Federal.
 - (D) constitucional, uma vez que, por se tratar de nítido interesse local, a competência é privativa dos Municípios.
 - (E) constitucional, já que se trata de interesse local e regional, de modo que compete aos Estados membros, Distrito Federal e Municípios, de forma comum, legislar sobre a questão.

79. Segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre a Ordem Social.
- (A) É permitido destinar recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas de saúde com fins lucrativos, com vistas ao interesse público.
 - (B) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
 - (C) No âmbito da educação, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, e os Estados e Distrito Federal atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio.
 - (D) A União aplicará, anualmente, nunca menos do que 15% (quinze por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.
 - (E) A justiça desportiva terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
80. Suponha que, nas Eleições de 2018, candidataram-se ao cargo de Presidente da República X, Y e Z, respectivamente com 40 (quarenta), 45 (quarenta e cinco) e 50 (cinquenta) anos. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria dos votos válidos, computando-se os votos em branco, mas não os nulos.
 - (B) se na primeira votação nenhum candidato alcançar maioria absoluta, será realizada nova eleição em até 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado, concorrendo os 2 (dois) candidatos mais votados.
 - (C) havendo nova votação no caso de não se ter alcançado maioria absoluta de votos, e, antes da realização do segundo turno, ocorrer a morte, desistência ou impedimento legal de candidato, será convocado, dentre os remanescentes, o mais idoso.
 - (D) se, por exemplo, o candidato X tiver obtido a maior votação, mas desistido do cargo antes do segundo turno, e os candidatos Y e Z obtiveram a mesma votação, será qualificado como Presidente o candidato Z.
 - (E) se decorridos 5 (cinco) dias para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo por motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado como vago.
81. Partindo das previsões constantes na Constituição Federal brasileira, assinale a alternativa correta acerca da organização, das competências e dos órgãos do Poder Judiciário.
- (A) Compete ao Supremo Tribunal Federal homologar sentenças estrangeiras e conceder *exequatur* às cartas rogatórias.
 - (B) Na promoção de entrância para entrância, será obrigatória a promoção do juiz que figure por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) alternadas em lista de merecimento.
 - (C) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.
 - (D) É vedado aos magistrados exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 4 (quatro) anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
 - (E) O Poder Executivo poderá reduzir unilateralmente o orçamento proposto pelo Poder Judiciário, ainda que esse tenha sido elaborado e enviado com observância aos limites, forma e prazo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando constatada insuficiência de recursos.
82. Segundo o disposto pela Constituição Federal, é correto afirmar, sobre o Conselho Nacional de Justiça, que
- (A) é composto de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, sendo admitida uma única recondução.
 - (B) deve elaborar, anualmente, relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.
 - (C) o Conselho será presidido pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Ministro mais antigo da Corte.
 - (D) o Ministro mais antigo do Supremo Tribunal Federal exercerá a função de Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal.
 - (E) deve rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de 5 (cinco) anos.

- 83.** Imagine a seguinte situação hipotética: o Prefeito do Município X foi eleito no ano de 2016. Nessa situação, é correto afirmar que
- (A) caso queira se candidatar ao cargo de Governador de Estado nas próximas eleições, deverá possuir a idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos e renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até 3 (três) meses antes do pleito.
 - (B) caso decida se candidatar ao cargo de Senador, deverá possuir a idade mínima de 30 (trinta) anos e renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até 5 (cinco) meses antes do pleito.
 - (C) caso decida se candidatar ao cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República, deverá possuir a idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos e renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até 6 (seis) meses antes do pleito.
 - (D) caso o cônjuge do Prefeito, por exemplo, queira se candidatar ao cargo de Vereadora do Município X pela primeira vez, ela será considerada elegível, ainda que o Prefeito não renuncie ao pleito.
 - (E) caso a sogra do Prefeito, por exemplo, queira se candidatar ao cargo de Prefeita do Município pela primeira vez, ela será considerada elegível, uma vez que somente há inelegibilidade ao cônjuge ou filhos do mandatário.
- 84.** Ao assegurar a proteção constitucional ao meio ambiente, a Constituição Federal de 1988
- (A) estabelece que a exploração de recursos minerais independe da recuperação do meio ambiente degradado, já que se trata de atividade necessária.
 - (B) prevê que as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais podem ser disponíveis por ato discricionário da Administração Pública.
 - (C) exige, na forma de Decreto do Poder Executivo, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
 - (D) estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
 - (E) impõe que as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.
- 85.** Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre as disposições gerais da Administração Pública.
- (A) O prazo de validade dos concursos públicos será de até 2 (dois) anos, prorrogável, por no máximo 2 (duas) vezes, por igual período.
 - (B) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 - (C) Por decreto da Administração Pública, serão estabelecidos os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
 - (D) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
 - (E) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- 86.** Imagine que 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados apresentou proposta de Emenda Constitucional com o objetivo de alterar o voto popular de secreto para aberto. Nesse caso, é correto afirmar que a proposta é
- (A) inconstitucional sob o prisma formal, pois a legitimidade para apresentação de proposta de emenda constitucional só pode ser apresentada por 1/3 (um terço) dos membros do Congresso Nacional, e não apenas de uma das casas.
 - (B) inconstitucional sob o prisma formal, pois a legitimidade para apresentação de proposta de Emenda Constitucional é reservada ao Senado, na qualidade de representante dos Estados Membros.
 - (C) inconstitucional sob o prisma material, pois a Constituição não poderá ser emendada para abolição do voto secreto.
 - (D) constitucional, tanto sob o prisma formal como o material, já que a Constituição assegura apenas o voto direto, universal e periódico.
 - (E) constitucional, tanto sob o prisma formal como o material, já que a Constituição não assegura o voto e a forma de seu exercício como cláusula imutável.

87. Um Estado que tributasse desmesuradamente os administrados enriqueceria o Erário, com maior volume de recursos, o que, por outro lado, tornaria a sociedade mais pobre. Tal conduta de exação excessiva viola o princípio pelo qual deve prevalecer

- (A) o interesse público secundário.
- (B) o interesse público primário.
- (C) a supremacia do interesse público.
- (D) o interesse público como direito subjetivo.
- (E) o direito subjetivo individual.

88. Se um determinado agente público se vale de uma competência que lhe é legalmente atribuída para praticar um ato válido, mas que possui o único e exclusivo objetivo de prejudicar um desafeto, é correto afirmar que tal conduta feriu o princípio da

- (A) finalidade, que impõe aos agentes da Administração o dever de manejar suas competências obedecendo rigorosamente à finalidade de cada qual.
- (B) supremacia do interesse público sobre o interesse privado, que é princípio geral de direito inerente a qualquer sociedade.
- (C) razoabilidade, pelo qual o Administrador, na atuação discricionária, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, com o senso normal.
- (D) proporcionalidade, já que a Administração não deve tomar medidas supérfluas, excessivas e que passem do estritamente necessário à satisfação do interesse público.
- (E) motivação, porque a Administração deve, no mínimo, esclarecer aos cidadãos as razões pelas quais foram tomadas as decisões.

89. Um dos requisitos do ato administrativo é

- (A) a competência, pela qual é vedado que um agente público transfira a outras funções que originariamente lhe são atribuídas.
- (B) o objeto, elemento pelo qual todo ato administrativo deve estar dirigido ao atendimento de um interesse público.
- (C) a finalidade, que se expressa no conteúdo, na alteração no mundo jurídico que o ato administrativo se propõe a processar.
- (D) a forma, vigorando no âmbito administrativo o princípio da liberdade das formas, diversamente do que ocorre no campo do direito privado.
- (E) o motivo, que consiste na situação de fato ou de direito que gera a vontade do agente público, quando este pratica o ato administrativo.

90. Se um ato administrativo é praticado com fundamento falso, vale dizer, incompatível com a verdade real, impõe-se a extinção do ato administrativo, por meio da

- (A) revogação, que poderá ser praticada pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, se devidamente provocado.
- (B) anulação, que poderá ser praticada somente pela própria Administração.
- (C) revogação, que poderá ser praticada somente pela própria Administração.
- (D) anulação, que poderá ser praticada pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, se devidamente provocado.
- (E) revogação, que poderá ser praticada somente pelo Poder Judiciário.

91. Considere o seguinte caso hipotético:

X é aprovado em concurso público da Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de agente educador. Devidamente empossado e em efetivo exercício, X termina o curso superior de medicina que estava cursando. Logo em seguida, a Prefeitura Municipal decide aproveitar os servidores que porventura possuam ensino superior e estejam em funções de ensino médio, para tarefas mais complexas e condizentes com o potencial de cada um. Assim promove um processo seletivo interno, destinado a ser preenchido por servidores da Municipalidade que se enquadram nas condições supra. X participa da seleção e é aprovado para o cargo de médico, o qual assume e passa a exercer.

A conduta da hipotética Prefeitura Municipal está

- (A) incorreta, pois, embora a seleção interna seja instrumento válido, sua amplitude deve abranger somente os servidores vinculados a um determinado órgão ou ente da Administração, não podendo, portanto, alcançar indistintamente todos os servidores municipais.
- (B) correta, pois a Constituição Federal exige a realização de concursos de provas, ou provas e títulos, mas não determina que o concurso deva ser, em todas as hipóteses, de ampla concorrência. Então, a seleção realizada pela Municipalidade, ainda que restrita aos já integrantes da Administração Municipal, equivale a um concurso público.
- (C) incorreta, pois é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual tenha sido anteriormente investido.
- (D) correta, pois a Constituição Federal prevê, como forma de investidura em cargo público, a realização de concurso público juntamente com as seleções internas, buscando que o aperfeiçoamento dos servidores públicos seja incentivado.
- (E) incorreta, pois basta o ingresso na seleção interna efetuada pela Prefeitura Municipal para que X incorra em acumulação indevida de cargos, já que a Constituição Federal estabelece, como regra geral, que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

- 92.** Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o processo administrativo.
- (A) No Direito brasileiro, há uma sistematização uniforme para o processo administrativo, tal qual como existe para o processo judicial. Nela são fixadas regras sobre aspectos gerais do processo administrativo, como competência, prazos, requisitos, entre outros.
 - (B) A relação jurídica formada entre os agentes administrativos e as empresas para seleção com vistas a futuro contrato administrativo materializa o processo administrativo de licitação; a sequência dos atos e das fases previstas na lei constitui o procedimento administrativo concernente àquele processo.
 - (C) Os processos administrativos litigiosos são os de maior número e por meio deles se concretiza o desempenho da função administrativa nos seus mais variados aspectos, desde os mais simplórios até os mais complexos; neles não incide o princípio da ampla defesa e do contraditório, diferentemente do processo judicial.
 - (D) O princípio da inércia, que rege o processo judicial, é aplicado ao processo administrativo: a relação processual administrativa é deflagrada por iniciativa da parte, a Administração não atua de ofício, havendo tutela administrativa somente se o interessado tomar providências para instaurar o processo.
 - (E) Pelo princípio da verdade formal, o próprio administrador pode buscar as provas para chegar à sua conclusão e para que o processo administrativo sirva realmente para alcançar a verdade incontestável, e não apenas a que ressaia de um procedimento meramente material.
- 93.** Os agentes superiores fiscalizam as atividades dos agentes de nível inferior e, em consequência, possuem o poder de exigir que a conduta destes seja adequada aos mandamentos legais, sob pena de, se tal não ocorrer, serem os infratores sujeitos às respectivas sanções. Essa passagem trata do poder
- (A) vinculado.
 - (B) de polícia.
 - (C) regulamentar.
 - (D) hierárquico.
 - (E) disciplinar.
- 94.** Suponha-se que o veículo de uma sociedade de economia mista, não prestadora de serviços públicos típicos, por estar em excesso de velocidade, colida com outro veículo, de particular. É possível afirmar que, nesse caso, a responsabilidade civil da sociedade de economia mista é
- (A) objetiva, porque o regime estabelecido pela Constituição Federal de 1988 é o da responsabilidade objetiva, que dispensa a comprovação de dolo ou culpa, sempre que se discutir a responsabilidade de uma pessoa jurídica.
 - (B) subjetiva, porque o excesso de velocidade é uma falha no serviço prestado, por conta da conduta do agente público que conduzia o veículo, independentemente do objeto da sociedade de economia.
 - (C) objetiva, porque a Constituição Federal prevê a responsabilidade objetiva indistintamente para todos os órgãos e entes da Administração, sem diferenciá-los em razão da personalidade que possuem.
 - (D) subjetiva, porque a Constituição Federal expressamente prevê que a responsabilidade objetiva somente se estende a pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
 - (E) objetiva, porque o agente público que dirigia o veículo omitiu-se, deixando de ter a cautela necessária, e a Constituição Federal prevê a responsabilidade objetiva para atos comissivos e omissivos da Administração.

95. Considere a seguinte situação hipotética:

João e Maria trabalham no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN de algum Estado-membro da Federação Brasileira. Maria trabalha no balcão, no atendimento ao público, enquanto José trabalha com processos e tem acesso ao sistema de dados, fazendo inclusões e alterações de informações, como a pontuação da Carteira Nacional de Habilitação. João e Maria conversam e decidem atuar ilícitamente. Se algum cidadão se apresentasse querendo dar baixa em sua pontuação indevidamente, sem preencher os requisitos legais, Maria afirmaria que conseguiria fazer isso, mediante o pagamento de R\$ 500,00. Se o cidadão concordasse com essa prática, Maria passaria o pedido a João, que faria a alteração no sistema, dando a baixa na pontuação, dividindo, os dois, o resultado da prática ilícita. Certo dia, José, na qualidade de cidadão, solicita a Maria que diminua seus pontos, que já haviam atingido a quantia de 62. Maria impõe a condição do pagamento ilegal e José aceita. José retorna com o dinheiro e, quando vai entregá-lo a Maria, é flagrado pela Corregedoria do DETRAN. No que tange à responsabilização pela Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que poderá(ão) responder no polo passivo da demanda:

- (A) João e Maria, na qualidade de agentes públicos, e José, porque, mesmo não sendo agente público, concorreu para a prática do ato de improbidade.
- (B) João e Maria, pois a Lei de Improbidade Administrativa atinge somente agentes públicos, ainda que em sentido amplo.
- (C) Maria, pois José não responde por não pertencer aos quadros da Administração, e João não havia recebido sua parte, portanto não se poderia caracterizar enriquecimento ilícito.
- (D) Maria e José, porque, mesmo não sendo José funcionário público, ele participou ativamente da ilicitude, inclusive tomando a iniciativa da prática ímproba e instigando Maria a se beneficiar da proposta; João não recebeu nenhuma vantagem, então não responde.
- (E) João e Maria, na qualidade de agentes públicos; José poderá ser demandado, todavia, subsidiariamente, por ação própria, apenas para ressarcir o Erário pelo dano causado, caso João e Maria sejam condenados a ressarcir os cofres públicos.

96. Os serviços públicos que, por sua natureza ou pelo fato de assim dispor o ordenamento jurídico, comportam ser executados pelo Estado ou por particulares colaboradores, são classificados como

- (A) coletivos.
- (B) singulares.
- (C) delegáveis.
- (D) indelegáveis.
- (E) sociais.

97. O conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado denomina-se

- (A) Administração Indireta.
- (B) Administração Direta.
- (C) Fundação Pública.
- (D) Sociedade de Economia Mista.
- (E) Empresa Pública.

98. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre a Organização Administrativa.

- (A) Os serviços sociais autônomos não prestam serviço público delegado pelo Estado, mas atividade privada de interesse público e, exatamente por isso, são incentivados pelo poder público, sendo que, neste caso, a atuação estatal é de fomento e não de prestação de serviço público. Não se trata de atividade que incumbisse ao Estado, como serviço público, e que ele transferisse para outra pessoa jurídica, por meio do instrumento da descentralização. Trata-se, isto sim, de atividade privada de interesse público que o Estado resolveu incentivar e subvencionar.
- (B) Em relação às entidades paraestatais, fica muito clara a intenção de fugir ao seu enquadramento entre as entidades da Administração Indireta e, em consequência, ao regime jurídico imposto a elas como licitação, concurso público e controle. No entanto, considerando que tais entidades administram, em regra, bens do patrimônio público, inclusive dinheiro público, não é possível que fiquem inteiramente à margem de determinados preceitos publicísticos, sob pena de burla aos preceitos constitucionais que regem a Administração Pública.
- (C) Entidades de apoio são pessoas privadas que colaboram com o Estado desempenhando atividade não lucrativa e às quais o Poder Público dispensa especial proteção, colocando a serviço delas manifestações de seu poder de império, como o tributário, por exemplo; não abrangem as entidades da Administração Indireta; trata-se de pessoas privadas que exercem função típica (embora não exclusiva do Estado), como as de amparo aos hipossuficientes, de assistência social, de formação profissional.
- (D) Por Organizações Sociais, pode-se entender as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, porém em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado, mantendo vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio.
- (E) Organizações Sociais de Interesse Público são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização pelo Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de contrato de gestão.

99. Segundo a Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será efetuada, no âmbito federal, pelo

- (A) controle externo, realizado pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Supremo Tribunal Federal.
- (B) controle interno, que deverá remeter suas conclusões para análise e ratificação do Tribunal de Contas da União.
- (C) controle externo, realizado pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Congresso Nacional.
- (D) controle interno de cada Poder, o que dispensa a necessidade de existência de um controle externo.
- (E) controle externo, realizado pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

100. Os atos discricionários

- (A) são equiparados aos atos políticos, não sendo, portanto, possível a sua apreciação pelo Poder Judiciário, mesmo que causem lesão a direitos individuais ou coletivos.
- (B) sujeitam-se à apreciação judicial, que será plena, em todos os aspectos, inclusive aqueles submetidos à avaliação de conveniência e oportunidade pelo gestor.
- (C) não se prestam ao controle judicial, que não pode apreciar os motivos, ou seja, os fatos que precedem a elaboração do ato, sua ausência ou até mesmo falsidade.
- (D) sujeitam-se à apreciação judicial, desde que não se invadam os aspectos reservados à apreciação subjetiva da Administração Pública.
- (E) serão submetidos a controle judicial, em regra geral, se pertencerem à categoria de atos *interna corporis*, ou seja, aqueles derivados de Regimentos do Poder Legislativo.



SAEB1704



03006008